

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ROSÂNGELA MARIA DE FREITAS

**PROJETOS INTEGRADORES VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO
E RESGATE DA CIDADANIA E A PARTICIPAÇÃO COLETIVA**

SANTA MARIA - RS

2015

ROSÂNGELA MARIA DE FREITAS

**PROJETOS INTEGRADORES VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO
E RESGATE DA CIDADANIA**

Trabalho de Monografia apresentado como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão Educacional do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela de Oliveira Pires

SANTA MARIA - RS

2015

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade à distância, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Trata-se de uma análise das ações do Projeto de Intervenção cujo foco é "PROJETOS INTEGRADORES VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO E RESGATE DA CIDADANIA". Nosso objetivo foi desenvolver os projetos vinculados ao Projeto Político Pedagógico - PPP, com a efetiva participação dos alunos e da comunidade escolar. Busca-se através deste trabalho preservar o direito e a qualidade na educação básica, através de projetos integradores, incentivando a permanência do aluno na escola e estimulando a participação democrática. O trabalho foi e será desenvolvido no Colégio Estadual Manoel Ribas, Santa Maria/RS, no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015. Num primeiro momento foi realizada uma pesquisa com os alunos, durante as reuniões do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS, buscando saber quais projetos e/ou oficinas pedagógicas, oferecidos em turno inverso, seriam de maior interesse dos mesmos, os quais eles efetivamente gostariam de participar. Desta forma, no trabalho pretendemos apresentar a análise realizada sobre a utilização de recursos, qualidade total e democracia, assim interferindo no dia-a-dia do aluno, contribuindo para uma educação integral, visando incentivar a permanência na escola e a democracia, tornando o aluno um indivíduo autônomo e atuante na sociedade. Os autores que deram suporte à nossa análise foram: Candau (2012), Cury (2007), Bitencourt (2014), Moll (2012), Arroyo (2012), Pistrak (2000), Paro (2007) e Comerlato (2013). Durante as atividades desenvolvidas houve grande interesse e participação dos alunos, bem como de toda a comunidade escolar, incluindo professores e funcionários, os quais também participaram dos projetos e oficinas ministrados. A grande dificuldade encontrada fica por conta dos recursos humanos não liberados para esse tipo de atividade, o que compromete a operacionalização e o desenvolvimento do trabalho.

Palavras-chave: Qualidade. Democracia. Permanência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO	7
2.1 O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1888 E NA LDBEN96	7
2.2 PENSAR A ESCOLA É OUVIR O EDUCANDO: PRESUPOSTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PARTICIPAÇÃO COLETIVA	11
3 AS AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA A PERMANÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO DO EDUCANDO NO ESPAÇO ESCOLAR	14
3.1 HIP HOP	16
3.2 TEATRO	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os projetos integradores implementados no Colégio Estadual Manoel Ribas, como estratégia de valorização da cidadania e da participação coletiva entre os alunos do ensino médio.

O trabalho foi desenvolvido no Colégio Estadual Manoel Ribas – Ensino Médio Politécnico, localizado na região central de Santa Maria/RS. Anualmente contamos com uma média de 1400 alunos, nas modalidades de Ensino Médio Politécnico e EJA (Ensino de Jovens e Adultos). O colégio possui aproximadamente 125 professores e 25 funcionários para atender os alunos nos três turnos.

Somos uma escola heterogênea nos mais diversos aspectos, sejam eles religiosos, sociais, culturais, entre outros. Recebemos alunos de todas as regiões da cidade, inclusive de cidades próximas.

Para atender ainda melhor nossos alunos e para que os mesmos permaneçam na escola por um período maior, estruturamos projetos em turno inverso, proporcionando um espaço de maior convivência, onde os alunos possam desenvolver suas habilidades e capacidade de relacionamento através do teatro, música, e esportes.

Partindo desse pressuposto, o principal objetivo desta pesquisa foi de resgatar o “querer do aluno estar na escola”, pois a medida que avançam na série/ano, gradativamente perdem o interesse pela escola, no final da educação básica vão à escola apenas para cumprir uma obrigação, ou por determinação dos pais.

Com isso, cabe a gestão democrática visar questões fundamentais como a permanência, a exclusão e a reprovação, comprometendo-se com a construção de um Projeto Político Pedagógico comprometido com os interesses e necessidades da comunidade escolar. Nesse sentido, a escola pensa estratégias para envolver os pais ou responsáveis na vida do educando, pois juntos, escola e família estão formando cidadãos autônomos que irão atuar construindo uma sociedade mais justa.

Desta forma, o trabalho será dividido em quatro momentos. No primeiro momento foi realizada uma pesquisa junto aos alunos nas reuniões do SEAP/RS, onde os mesmos manifestaram suas angústias e interesses em relação a vários aspectos da vida escolar.

Assim, foi pensado os projetos integradores com o objetivo de desenvolver e resgatar o interesse do aluno pela escola, o querer estar na escola, a integração entre os alunos e, a ampliação de seu potencial e criatividade através de atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas na forma de projetos, proporcionando o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, promovendo um ambiente que promova a qualidade de vida mais que a quantidade de conhecimentos.

Também foi objetivo do trabalho oportunizar a interação entre os alunos, bem como proporcionar aos mesmos a perceber as diferenças que se estabelecem no seu dia-a-dia, seja no aspecto religioso, étnico, social, cultural, suas aspirações e capacidades.

Num segundo momento foi realizado discussões com professores sobre a possibilidade e a viabilidade da implantação desses projetos, o interesse de cada um em participar do trabalho e a disponibilidade de Carga Horária de cada um que manifestasse interesse. Nesse momento também foi contatado parceiros voluntários com interesse de desenvolver projetos na escola.

No terceiro momento buscamos espaço físico para desenvolver as atividades, verificando espaços disponíveis e adaptando outros. Ainda nesse momento, colocamos a comunidade escolar ciente dos projetos,

Num quarto momento o projeto foi colocado em prática, com algumas limitações.

Assim, foi pensado os projetos integradores com o objetivo de desenvolver e resgatar o interesse do aluno pela escola, o querer estar na escola, a integração entre os alunos e, a ampliação de seu potencial e criatividade através de atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas na forma de projetos, proporcionando o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, promovendo um ambiente que promova a qualidade de vida mais que a quantidade de conhecimentos.

O presente estudo está dividido em quatro capítulos. O primeiro, a introdução, apresenta o trabalho, define seus objetivos e problema de pesquisa e justifica sua importância. O segundo capítulo desenvolve o conceito de gestão democrática da educação com fundamento na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, sempre enfocando a necessidade de se ouvir o educando, pois é para ele que o sistema escolar existe.

O terceiro capítulo analisa as ações sociais que devem ser desenvolvidas no sentido de promover a participação e a permanência do educando no espaço

escolar, com destaque para dois projetos desenvolvidas na escola analisada, que são as oficinas de hip hop e teatro. Por fim, o quarto capítulo elenca as considerações finais que surgiram como resultado do trabalho.

Também foi objetivo do trabalho oportunizar a interação entre os alunos, bem como proporcionar aos mesmos a perceber as diferenças que se estabelecem no seu dia-a-dia, seja no aspecto religioso, étnico, social, cultural, suas aspirações e capacidades.

Assim, por meio deste trabalho pretende-se desenvolver projetos de incentivo a permanência e a participação, oportunizando espaços para o desenvolvimento de ações lúdico-pedagógicas priorizando a qualidade e os processos democráticos de aprendizagem.

2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

A gestão educacional, antes vista como mero processo burocrático, adquiriu enorme importância dentro da democratização da sociedade e da educação inclusiva, pois é capaz de se tornar o órgão propulsor da instituição, estimulando professores, alunos, colaboradores e a comunidade a se unir em torno de um projeto de mudanças, que tem a escola como centro.

Uma escola possui como objetivo maior unir o conjunto de esforços de todos que participam de sua esfera organizacional (professores, alunos, funcionários e comunidade) no sentido do funcionamento adequado e competente ao modelo de ensino apregoado.

Neste capítulo, analisar-se-á a gestão democrática que adquiriu maior significado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9934/96), possibilitando a participação dos educandos e da comunidade escolar em seu processo decisório. Os fundamentos do capítulo encontram em renomados autores que debatem com profundidade a situação da educação nacional, como Candau (2000), Cury (2002), Bittencourt (2014) e Paro (2007), cuja contribuição foi decisiva para elucidar melhor as questões de pesquisa e desenvolver o trabalho.

2.1 O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1888 E NA LDBEN 96

Atualmente a escola tem caminhado a passos lentos na busca de uma educação mais autônoma, participativa, igualitária e justa. As diversidades presentes hoje nas escolas, sejam elas em relação a cultura, religião, classe econômica, aspirações e capacidades, são frequentes e cabe a escola promover o respeito e a compreensão, orientando para a transformação de uma sociedade que por muito tempo foi marcada pela exclusão. No próprio cotidiano escolar podemos observar, principalmente, que as desigualdades estão presentes em todos os aspectos. Essas desigualdades, que são históricas, relacionam-se com as relações de poder, com as crises econômicas, com as políticas de governo, entre outros aspectos agravantes.

Segundo Candau (2000), o direito à educação tem evoluído muito nas últimas décadas, principalmente pela ampliação da escolarização, através do aumento dos

anos e da obrigatoriedade escolar e também devido a construção de uma educação mais homogênea, onde as crianças possam se igualar, independente de suas origens.

Dessa forma, num sistema mais heterogêneo, com diferenças sociais e culturais, manifestam-se alguns problemas, que são reflexo dessa diversidade como, por exemplo: a reprovação, o abandono e a alteração em relação a idade/série. Nesse contexto, cabem discussões e questionamentos sobre a qualidade na educação, o tipo de cidadão e de sociedade que queremos construir.

De acordo com Candau (2012), podemos observar no cotidiano escolar desigualdades de todos os tipos. Essas desigualdades que são históricas relacionam-se com as relações de poder, com as crises econômicas, entre outros aspectos agravantes. Atitudes urgentes se fazem necessárias se quisermos pensar numa sociedade mais justa e igualitária, com uma melhor distribuição de renda da população, acesso a educação com políticas de estado permanentes, investimentos públicos, acesso a moradia, a saúde e a cultura.

Cury (2002) aponta que a sociedade contemporânea exige por parte da educação não apenas a transmissão de conteúdos, mas uma série de habilidades associadas ao conhecimento, que permita ao educando contexto social em que vive.

Segundo Bittencourt (2014), as políticas públicas não garantem os direitos determinados pela legislação. Sendo assim, no ambiente escolar, a estrutura física, pedagógica e de formação não correspondem ao que legalmente, por direito, deveria ser ofertado.

De acordo com Bittencourt (2014), para a construção de uma sociedade mais justa e democrática é fundamental incentivar a construção de valores e de uma consciência moral autônoma entre os indivíduos e isso só é possível se for garantido ao indivíduo o direito a educação.

A gestão democrática quando construída com a participação de todos os sujeitos da educação, tem a possibilidade de se tornar um dos mecanismos mais importante para o avanço e desenvolvimento da educação. Toda escola necessita de uma administração, porém quando esta se dá de forma democrática, percebe-se o quanto se pode avançar de maneira positiva rumo a uma educação de qualidade, envolvendo toda a comunidade escolar. Entende-se por Gestão Democrática, aquela na qual o diretor administra juntamente com uma equipe que trabalha trocando ideias, para que os objetivos fundamentais da escola sejam alcançados. No entanto,

para que isso ocorra, é fundamental a participação dos pais, alunos, professores, conselho escolar e também é imprescindível a construção de um PPP (Projeto Político Pedagógico) coletivo, onde deve constar o tipo de escola que queremos, ou seja, uma escola com responsabilidade social, que forme um cidadão capaz de aprender, portador de direitos, deveres e fazeres, que seja capaz de tomar decisões e modificar a realidade social na qual está inserido. O processo de gestão baseado no diálogo e na participação supera a visão educacional tradicional centralizadora, abrangendo um conjunto de ações de ordem pedagógica, organizacional, tornando-se assim dinâmica e dessa maneira transformando a realidade na qual a comunidade está inserida. A comunidade escolar deve estar presente e ser participativa, respeitando a diversidade de ideias, participando ativamente no planejamento do PPP, nos planos de ação, acompanhando projetos educacionais, auxiliando na resolução de problemas e incentivando a participação dos alunos. Um gestor atuante não deve medir esforços para que os objetivos e anseios da comunidade escolar sejam alcançados. Nessa nova perspectiva, deve ser um motivador, um articulador, proporcionando condições para que os professores, pais, alunos e funcionários alcancem tais objetivos. Todos os projetos pensados pela comunidade e mediados pelo gestor devem estar presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Segundo Paro (2010), existe uma resistência da instituição escolar à participação da comunidade na escola. Um dos aspectos importantes dessa resistência parece ser o fato de que praticamente inexistem qualquer identidade da escola pública com os problemas da sua comunidade.

Portanto, gestão democrática implica compartilhar as decisões, incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões, proporcionando um ambiente de confiança entre todos os segmentos da comunidade escolar. Não existe apenas uma maneira de participação. Entre as formas de participação que podem ser materializadas na escola, destacam-se: conselho escolar, que representa a própria escola, pois possui representantes de todos os segmentos da comunidade escolar o que valoriza a cidadania e a comunidade a quem a escola realmente, conselho de classe, círculo de pais e mestres e grêmios estudantis, entre outros fóruns e espaços legalmente qualificados para a participação efetiva.

Para auxiliar nesse processo de desenvolvimento, a escola deve englobar os alunos, nos mais variados problemas sociais, como ele deve proceder nesse meio e

como deve agir para garantir seus direitos de cidadão. A escola atualmente se depara com novos desafios, entre eles, o de estabelecer condições mais adequadas para atender a diversidade dos indivíduos que dela participam. Para que esse processo aconteça é fundamental a cooperação do coletivo, dos pais, educadores e educando.

Estudos na área da Administração Escolar apontam que a estrutura administrativa de uma escola representa a sua organização, sendo a estrutura total algo bem mais amplo, compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente, mas todas as que derivam da sua existência enquanto grupo social, pois a escola é caracterizada por um dinamismo que vai além de sua ordenação intencional, oficialmente instituída.

A escola é constituída por indivíduos com especialidades e visão particulares de mundo, não havendo como prever as formas de conduta dos mesmos e dos diferentes grupos que a compõem, enfim, as maneiras de convívio social nem sempre podem ser previstas pelas determinações oficiais. As quais, segundo Paro (2007), apesar da imprevisibilidade dessas relações, que acabam por constituir um modo de existir ou de operar, envolvido por valores, costumes, rotinas, que lhes caracterizam, e que não podem deixar de ser consideradas no processo pelo qual a escola está instituída.

A gestão democrática possui com pressupostos, a participação, a transparência e a democracia. Entretanto, o seu fortalecimento pode ser melhor definido após o final da Ditadura Militar (1964- 1985), com o início do processo de redemocratização, através da promulgação da Constituição Federal de 1988 Art. 208, CF88, a inserção da gestão democrática do ensino público, se constituiu em um princípio constitucional. Alguns anos depois, com a chegada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) de 1996, tal princípio foi reafirmado.

Em seus artigos 14 e 15, a LDBEN, apresenta as seguintes determinações no que se refere à gestão democrática: (BRASIL, 1996):

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Pensando, a relação entre os artigos acima citados pela LDBEN e da CF 88, os quais se reportam a gestão democrática do ensino público na educação básica, percebe-se a ampla autonomia dada às unidades federadas, para que defina em sintonia com suas especificidades, a maneira a qual irão desenvolver esses princípios de gestão com seus profissionais e demais pessoas envolvidas da comunidade escolar.

É importante citar que quando se fala em gestão democrática, estamos falando de ensino público, o qual, embora ainda deficiente neste sentido, é único que se propõe a este tipo de organização escolar. A gestão na escola privada tem caráter mais profissional e de mercado, devendo atender esta prioridade. Nunca os alunos de uma escola particular vão poder eleger seu diretor ou participar da construção do projeto político-pedagógico (OLIVEIRA, 2009).

No tópico a seguir, analisa-se a gestão democrática na escola como condição para ouvir o educando, estimulando-se a participação coletiva.

2.2 PENSAR A ESCOLA É OUVIR O EDUCANDO: PRESUPOSTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PARTICIPAÇÃO COLETIVA

De acordo com Comerlatto (2013), a autonomia escolar refere-se ao direito de a comunidade educativa pensar, debater, planejar, elaborar, decidir, executar e responsabilizar-se por tudo o que diz respeito ao movimento do real escolar, baseado nas aspirações coletivas[...]Parte-se do princípio de que autonomia, assim como participação é algo construído diariamente pelo coletivo, e não resultado de atos e resoluções decretadas.

Conforme Arroyo (2012), para que se tenha uma gestão estratégica participativa, é importante lembrar que a escola vai precisar gerenciar um dilema: de um lado, deverá usar toda a racionalidade para se organizar; e, de outro lado, fará todo o esforço para que essa organização conte com a participação de todos. Deve administrar a tensão nascida do compromisso entre flexibilidade/ imprevisibilidade próprias do processo participativo e razão/domínio da situação próprios do planejamento estratégico.

Para o autor, gestão estratégica significa reconhecer a dinâmica do conflito, perceber as limitações e as habilidades próprias e dos adversários e tornar esse conhecimento oportunidade para se atingir os resultados desejados.

Assim, deve o diretor atuar no sentido de proporcionar melhoria das condições para tomada de decisão e para ações coletivas, por meio da integração e incorporação dos saberes, das experiências e necessidades dos "usuários", elevar a corresponsabilidade da comunidade sobre as atividades de implementação de projetos e funcionamento do projeto pedagógico, principalmente quando essas pessoas são chamadas a serem ativas na cogestão do mesmo. Na escola, é preciso que se dê uma definição precisa dos papéis de cada segmento na gestão estratégica da escola que garanta sua permanência com qualidade humana e técnica, a serviço do aluno, do seu aprendizado e da educação pública em geral.

Administrar, de forma democrática e inclusiva, é também equacionar os interesses e as possibilidades de articulação, envolvendo forças e habilidades humanas de todos os segmentos, aproveitando as características pessoais de cada participante do processo e dos grupos que interagem nele. A direção precisa criar os mecanismos efetivos para a garantia da satisfação dos interesses da escola, por meio da democracia, da participação e da inclusão.

Arroyo (2012) afirma que o processo participativo corresponde não só a uma concepção sobre construção coletiva do conhecimento, mas também a uma estratégia política de partilha do poder. Num processo participativo não só se constrói o conhecimento como também são tomadas decisões em conjunto e assumidas as tarefas em conjunto. A soma dos esforços em função de um objetivo comum é um fator cognitivo e político fundamental.

Para Costa e Reis (2015, p. 182) a participação depende da criação de novos espaços para deliberação, pois a esfera pública deve ser vista como um local de aprendizagem social, o lugar por excelência das decisões em comunidade e do respeito pelo outro no debate público. Através da participação, recupera-se um importante direito humano que é o de valorização de todos que estão no processo, de forma democrática. Através da criação do espaço público, os cidadãos aprender a participar, a decidir, a acompanhar, executar e fiscalizar tudo aquilo que é feito em seu benefício, ou seja, as políticas públicas.

Segundo Caride Gómez, 2009, cabe a educação oferecer ferramentas para que se possa aprender a liberdade e a dignidade e um desenvolvimento tal,

insuspeito em sua relação de reciprocidade social e ambiental, destacando a importância das políticas educativas na construção de propostas que realcem os direitos humanos em todas as atividades.

3 AS AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS PARA A PERMANÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO DO EDUCANDO NO ESPAÇO ESCOLAR

Diante das possibilidades de gestão democrática, deve-se contar com a participação dos educados e da comunidade escolar no sentido de encontrar soluções para a permanência dos alunos na escola e para incentivar sua participação. O presente capítulo enumera duas ações nesse sentido, desenvolvidas na escola analisada, oficinas de teatro e de hip hop.

Durante anos atuando na educação básica, pude perceber que a medida que o aluno avança na sua caminhada escolar vai gradativamente perdendo o encanto pela escola. Através dessa percepção, fui pesquisando, questionando alunos, pais e professores, tentando entender e buscar algumas respostas para alguns dos meus questionamentos. Na maioria das vezes, ouvi as mesmas respostas, como por exemplo: que as aulas não são atrativas, que há um excesso de conteúdo, geralmente sem vínculo algum com a realidade na qual o aluno está inserido, excesso de disciplinas, falta de opções para diferentes práticas, bem como, falta de espaços pedagógicos, entre outras colocações também importantes, porém menos relevantes em relação aos meus questionamentos.

Com base nessa pesquisa inicial, algumas ideias foram surgindo no sentido de incentivar a convivência social, o trabalho coletivo e a construção da liberdade e da participação entre os alunos, instigando a construção de saberes, culturas e conhecimentos, formando assim indivíduos mais autônomos capazes de construir uma sociedade mais justa e menos excludente. Avaliando que um dos grandes objetivos da escola é educar o indivíduo para o desempenho de sua cidadania, acredito que esse trabalho possa contribuir para esse fim. Assim, durante as reuniões do SEAP/RS com os alunos, que aconteceram no período de 08/12/2014 a 11/12/2014, refletimos e avaliamos o interesse que eles teriam em participar de projetos alternativos, no turno inverso ao das aulas. Manifestaram grande interesse, inclusive sugerindo atividades das quais gostariam de participar, tais como projetos e oficinas de teatro, música, esportes variados, artes plásticas e discussão de obras literárias.

Tomando como base essas falas, estruturei minha monografia levando em consideração os possíveis projetos e oficinas a serem desenvolvidos. A maior dificuldade que encontrei nessa etapa foi o tempo para reunir e ouvir

aproximadamente mil e quatrocentos alunos. Foram feitas em torno de oito reuniões, com uma média de cento e cinquenta alunos em cada uma delas. Um aspecto positivo foi o grande interesse dos alunos pela atividade sugerida, a colaboração e a participação dos mesmos durante as reuniões, sugerindo e opinando sobre as atividades. Após essa etapa, durante o período de 03/03/2015 a 11/03/2015, iniciei o contato com os professores expondo a minha ideia sobre a implantação de projetos e oficinas em turno inverso àquele que o aluno tem aula. Fui muito bem sucedida nessa etapa, pois a maioria dos professores com os quais falei gostaram muito da ideia e manifestaram desejo de participar. Verificamos, então, a questão da Carga Horária (CH) de cada um dos interessados em participar do projeto. Encontrei dificuldade junto aos Recursos Humanos da Coordenadoria Regional de Educação, no sentido de liberar e justificar uma CH mínima dos professores para desenvolver os projetos.

Ao mesmo tempo, fiz contato com “Parceiros Voluntários” que teriam interesse em desenvolver projetos na escola, discutindo seus interesses e objetivos. Conversei com o “Pro-Grêmio Estudantil” que manifestou grande interesse em participar dos projetos, inclusive alguns alunos se ofereceram para ministrar oficinas para os colegas. Encontrei muito incentivo por parte dos professores e alunos, tanto no sentido de auxiliarem na implantação do projeto quanto na participação dos mesmos. Meu grande desafio está relacionado com a CH dos professores, que por exigência da Secretária de Educação (SEDUC), o professor deve estar com toda a sua CH em sala de aula, frente ao aluno. A SEDUC não reconhece as aulas ministradas através desse tipo de projeto como parte da CH do professor. Na etapa seguinte, defini os professores e voluntários que participariam do projeto. Passamos então a decidir quais projetos e oficinas poderiam ser oferecidas, discutindo como, onde e de que forma aconteceriam. Nessa etapa, nos reunimos de 16/03/2015 a 20/03/2015, encontrando algumas dificuldades tais como tempo para conciliar reuniões com o trabalho em sala de aula e também falta de pessoal para dividir o trabalho na coordenação do projeto.

O período de 23/03/2015 a 30/03/2015 foi dedicado à análise dos espaços físicos disponíveis para uso imediato e aqueles que serviam ao nosso propósito, mas que necessitavam de adequação, como por exemplo, alguns ajustes ou pequenas reformas. Encontramos espaços muito bons, prontos para o início das atividades, como salas de educação física em ótimo estado. Já a sala de arte

necessitou de algumas reformas em mesas e bancos, bem como aquisição de materiais para as oficinas. Já para o projeto de teatro, houve necessidade de adaptar uma sala para os ensaios do grupo, pois nem sempre o palco do salão de atos poderá ser usado para essa finalidade. Saliento a grande colaboração por parte dos funcionários e professores que estavam sempre prontos a ajudar. As dificuldades são as mesmas, como por exemplo, não termos a garantia da manutenção dos projetos devido à exigência do professor cumprir toda a sua CH em sala de aula.

3.1 HIP HOP

O termo hip hop tem origem norte-americana e significa saltar (hip) movimentando os quadris (hop). Surgiu no Bronx, um dos bairros mais pobres de Nova Iorque, em que habitam principalmente negros e latinos, em um ambiente de extrema violência, crise política e social, altas taxas de desemprego, aumento da violência policial e tráfico de drogas. A música era uma forma de denúncia e de protesto com a situação. No Brasil, iniciou nos anos 80, em São Paulo, e se espalhou por todas as periferias do país.

A cultura hip hop emergiu como fonte de formação de uma identidade alternativa e de status social para jovens numa comunidade, cujas antigas instituições locais de apoio foram destruídas, bem como outros setores importantes. /.../ A identidade do hip hop está profundamente arraigada à experiência local e específica e ao apego de um status em um grupo local ou família alternativa. Esses grupos formam um novo tipo de família, forjada a partir de um vínculo intercultural que, a exemplo das formações das gangues, promovem isolamento e segurança em um ambiente complexo e inflexível. E, de fato, contribuem para as construções das redes da comunidade que servem de base para os novos movimentos sociais (ROSE, 1997, p. 202).

Conforme Fochi (2007), o hip hop representa muito mais do que uma música ou dança, pois é um movimento que busca conscientizar, educar, humanizar, promover, instruir e divertir os moradores da periferia, além de reivindicar direitos e o respeito ao povo da periferia. Para Rocha, Domeninich e Casseano (2001, p.20), é “mais que um modismo, que um jeito esquisito de se vestir e de falar, mais que apenas um estilo de música, o hip hop, com um alcance global e já massivo, é uma nação que congrega excluídos do mundo inteiro”.

Ao integrar o hip hop na escola, entende-se que possui a forma mais adequada de integração dos educandos que vêm estudar na escola pública, pois os mesmos são atravessados por esse movimento. Utilizando os elementos de sua própria cultura na educação, é possível agir dialogicamente, como falava Paulo Freire, aproveitando aquilo que o aluno traz de sua vida para a sala de aula.

O projeto de hip hop ainda está em desenvolvimento, mas já propiciou a formação de pequenas bandas e de apresentação nos eventos locais, despertando um talento adormecido nos educandos. Porém, o mais importante desse processo é que, ao mostrar interesse pelo hip hop, eles passam a questionar o restante do processo educacional, pois através do movimento de protesto de forma cultural e divertida aparecem vários questionamentos a respeito da estrutura da escola, do processo pedagógica, da gestão. E ao questionar o mundo em que vivem, a escola, estão preparando para questionar todo o resto, gerando uma ressignificação de valores que nada mais é do que um processo de formação da cidadania.

Ao projeto de hip hop integrou-se o PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, da disciplina de História. Os alunos do projeto juntamente com os do PIBID participaram das oficinas de grafiteagem que culminou com a pintura de uma geladeira que servirá de “geladeiroteca”, instada em um espaço privilegiado na escola e de fácil acesso aos alunos. Rimas e danças também foram trabalhadas durante o desenvolvimento do projeto.

3.2 TEATRO

A construção de conhecimentos, quando é incentivada pela gestão democrática, faz com que o cidadão possa interferir em sua comunidade como cidadão crítico e capaz de melhorar as suas condições de vida e da comunidade, sendo esse papel cumprido pelas aulas de teatro que problematizam as questões da educação e da vida social.

Na educação, a expressão dramática e o teatro sempre estiveram presentes em todos os momentos, justificados pelas mais distintas linhas filosóficas e educacionais. No mundo antigo, onde os jogos, a poesia, o canto e dança eram valorizados no processo educacional, o teatro tornou-se importante aliado dos professores, que usavam as encenações como instrumento didático para difundir

conhecimentos pela sua ludicidade e por ser a única forma de acesso do povo a produção literária da época (DORIA, 1975).

A valorização do teatro na escola só se consolidou na passagem para o século XX, com o surgimento da “educação pedocêntrica”, expressão criada por John Adams, onde toda a atividade pedagógica partia de atividades lúdicas e espontâneas, baseadas no instinto da criança, utilizando, portanto, todas as manifestações infantis como brincadeiras, brinquedos, atividades corporais e de imitação como a mímica. Foi amplamente aplicada e defendida, criando-se métodos como o “aprender-fazendo”, jogos teatrais e o trabalho-estudo-jogo que utilizavam as atividades dramáticas para aprendizagem de línguas e literatura (DORIA, 1975).

Criado por Caldwell Cook, o método dramático consistia em improvisações baseados nos livros de outras disciplinas, como a história, representadas pelas crianças, que ajudaram todo aprendizado. Para os mais velhos, o método previa a encenação de textos dramáticos clássicos, divididos em grupos de direção, atores e aderecistas, os alunos montavam seus espetáculos com orientação do professor, que apenas proporcionava espaço para que os alunos se organizassem e aprendessem, durante as tarefas de execução de cenários e materiais de cena, necessários à peça e sua encenação.

O teatro criativo apregoava que, devido à sua importância na educação, deixasse de ser método ou instrumento para aprendizagem em outras áreas do conhecimento, passando ser uma disciplina do currículo com carga horária e professores próprios. Foi defendido por Peter Slade, a partir de 1954, que afirmou existir uma forma distinta de arte nos jogos dramáticos infantis. Para ele, a criança atua geralmente junto com os colegas e jogos projetados, que exigem maior abstração imaginativa.

Somente com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (5692/71), a arte passa a fazer parte obrigatória dos currículos de 1º e 2º graus, como eram chamados então o ensino fundamental e médio, com o nome de Educação Artística, ocasionando a criação de cursos de licenciaturas em Educação Artística, onde os profissionais eram formados em Licenciatura Curta para atender o 1º grau, habilitados a dar aula de música, artes plásticas e teatro; e Licenciatura Plena, em uma das três áreas, para atender alunos do 2º grau, sendo oferecido em quase todas as universidades públicas do país, inclusive em Santa Maria até a poucos anos atrás na UFSM.

Atualmente no Brasil, os arte-educadores do ensino infantil fundamental ou médio trabalham os conhecimentos de arte justificando-os de duas formas: a primeira, que prioriza a aprendizagem artística se preocupando, portanto, com o conhecimento estético e a segunda que valoriza o processo em si, ou seja, a sua função na educação e formação dos indivíduos, assim apresentadas por Ingrid Dormien Kondela (1984, p. 17).

As atividades teatrais executadas na escola analisada geraram, além do processo de cidadania e de participação, um maior conhecimento dos educandos sobre suas potencialidades, pois passaram a entender que podiam ser atores de suas próprias histórias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conviver com as diferenças é uma tarefa desafiadora, que nos leva a questionamentos constantes em relação aos mais diversos aspectos. Assim, gestores, professores e funcionários devem estar preparados para conviver com as diferenças sejam elas sociais, religiosas, étnicas, de gênero, entre outras, construindo, dessa forma, um ambiente de inclusão, democrático e participativo, onde o que possui relevância é a aprendizagem e suas diferentes maneiras de desenvolvê-la.

Nesse aspecto, de acordo com Pristak (2000):

“...para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação dos cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade”.

Através das pesquisas realizadas com os alunos através do SEAP-RS foi possível conhecer e avaliar as necessidades e a qualidade da participação da comunidade, bem como verificar o nível de envolvimento da comunidade com a escola e refletir sobre a importância da participação na construção de uma gestão democrática. Através dos projetos, buscou-se uma nova organização de trabalho e dos espaços escolares. Essa nova organização envolveu a participação de diferentes segmentos, priorizando o coletivo, sempre visando a troca de conhecimento.

Gestão democrática presume um novo modo de administrar a realidade na qual a comunidade está inserida, priorizando sempre a comunicação, o pensar coletivo e o diálogo. A implantação dos projetos desenvolveu nos alunos o exercício da participação individual e coletiva, bem como sua autonomia como cidadãos mais atuantes e críticos, capazes de interferir na sociedade promovendo mudanças no dia-a-dia no qual estão inseridos.

Pode-se dizer que a implantação dos projetos na escola contribuiu de forma positiva, tornando a relação entre alunos, professores e funcionários mais humanizada, percebendo-se também uma maior aproximação das famílias e um maior interesse pelas atividades escolares do filho.

Através das atividades desenvolvidas em turno inverso os alunos passaram a frequentar a escola por um período mais extenso, demonstrando um maior interesse pelas atividades escolares, bem como pelo dia-a-dia da escola, cumprindo seu direito a uma educação de qualidade, exercitando o fazer de forma autônoma e democrática.

Para o próximo ano pretendemos, integrar mais ainda o hip hop e o teatro no cotidiano do aluno, utilizando para isso todas as disciplinas, mas principalmente o Seminário Integrado, que deveria ser uma disciplina integradora de todas as demais.

Mesmo com algumas incertezas, como a falta de recursos humanos para a manutenção dos projetos, iremos trabalhando no sentido de manter as atividades já implementadas e, juntamente com a comunidade escolar, discutir os prós e contras dos projetos em andamento assim como avaliar a possibilidade de desenvolver outros de interesse do coletivo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; A Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, V.M.F.; SACAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 72-99.

CANDAU, Vera Maria Ferrão Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, v. 33, n 120, p. 715-726, jul./set. 2012.

CAMERLOTTO, Luciani Paz. **A gestão da Educação na Sociedade Capitalista**. Porto Alegre: UFRGS, 2013 (Tese de doutoramento).

CARIDE GOMEZ, José Antonio. Los derechos humanos em las políticas educativas In.: CARIDE GOMEZ, José Antonio (coord.). **Los Derechos humanos em la educacioón y la cultura: Del discurso político a las prácticas educativas**. Rosário, Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2009, p.27-72.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; REIS, Suzete da Silva; **Cidadania, participação e capital social na gestão das políticas públicas**. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/1180/873>>. Acesso em 10.set.2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DORIA, Gustavo A. **Moderno teatro brasileiro**; crônicas de suas raízes. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1975.

FOCHI, Marcos Alexandre Bazeia. **Hip hip brasileiro. tribo urbana ou movimento social**. FACOM, n. 17, 2007.

KONDELA, Ingrid Dormien. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura da escola e prática educacional democrática. In: **30ª Reunião Anual da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social**. Caxambú, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo, 2010.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

ROSE, Tricia. ***Um estilo que ninguém segura: Política, estilo e a cidade pós industrial no hip hop***. In: HERSCHMANN, Micael (Org). **Abalando os anos 90: funk e hip hop: globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

VIRGINIO, Alexandre S.; BITTENCOURT, Jaqueline M.V. O direito à educação na formação de gestores escolares. In: FLORES, Maria Luiza R. (org.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 137-158.